

Gustavo Machado Tavares  
Elisa Albuquerque Maranhão Rego

GUSTAVO MACHADO TAVARES  
ELISA ALBUQUERQUE MARANHÃO REGO

ADVOCACIA PÚBLICA  
MUNICIPAL COMO FUNÇÃO  
ESSENCIAL À JUSTIÇA  
E A JURISPRUDÊNCIA DO  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Prefácio  
José Eduardo Martins Cardozo

Apresentação  
Cláudio Pereira de Souza Neto



FORUM

# ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Prefácio**

*José Eduardo Martins Cardozo*

**Apresentação**

*Cláudio Pereira de Souza Neto*

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO  
ADMINISTRATIVO. ADVOCACIA PÚBLICA  
MUNICIPAL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.  
JURISPRUDÊNCIA. FUNÇÃO ESSENCIAL À  
JUSTIÇA. PROCURADORES E PROCURADORAS  
MUNICIPAIS.

Nesta obra são analisados detidamente julgados do Supremo Tribunal Federal que discutiam o enquadramento constitucional da Advocacia Pública Municipal, para seccionar os fundamentos e entendimentos pertinentes à necessidade de estruturação municipal do órgão da Procuradoria-Geral do Município e da vinculação constitucional das atribuições da Advocacia Pública aos ocupantes do cargo de Procurador(a) Municipal, os quais não podem ser confundidos, visto que ontologicamente diversos. Exatamente visando à superação de hermenêuticas distorcidas, é que este livro busca desanuviar a referida confusão e contribuir para demonstrar a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a relação constitucional existente entre a estruturação do órgão da Procuradoria Municipal e o efetivo desempenho, na esfera municipal, das atribuições da Advocacia Pública por servidores públicos de carreira – Procuradoras e Procuradores Municipais –, tendo como ponto de partida o RE nº 663.696/MG, Tese nº 510.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10003330

T231a	<p>Tavares, Gustavo Machado</p> <p>Advocacia pública municipal como função essencial à justiça e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Gustavo Machado Tavares, Elisa Albuquerque Maranhão Rego. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.</p> <p>122 p. ; 14,5cm x 21,5cm</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN: 978-65-5518-480-8</p> <p>1. Direito Constitucional. 2 Direito Administrativo. 3. Advocacia Pública Municipal. 4. Supremo Tribunal Federal. 5. Jurisprudência. 6. Procuradores e Procuradoras Municipais. I. Rego, Elisa Albuquerque Maranhão. II. Título.</p>	2022-2911	CDD 342 CDU 342
-------	--	-----------	--------------------

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

<p>Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):</p> <p>TAVARES, Gustavo Machado; REGO, Elisa Albuquerque Maranhão. <i>Advocacia pública municipal como função essencial à justiça e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal</i>. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 122 p. ISBN 978-65-5518-480-8.</p>
---

#### **Gustavo Machado Tavares**

Procurador do Município do Recife. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – Ibet. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco – Unicap. Especialista em Novas Questões do Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Damas da Instrução Cristã em convênio com a Escola Superior de Advocacia ESA/OAB-PE. Presidente da Associação dos Procuradores do Município do Recife (2015-2017 e 2019-2021). Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (2021-2023). Conselheiro do Instituto dos Advogados de Pernambuco – IAP (2020-2022 e 2022-2024).

#### **Elisa Albuquerque Maranhão Rego**

Procuradora do Município de Camaragibe/PE. Presidente da Associação Municipal dos Procuradores Municipais de Camaragibe (Asprocam) (2015-2017 e 2020-2021). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE) (2019). Especialista em Direito Tributário – Universidade Anhanguera-Uniderp (2014); e em Advocacia Previdenciária – Centro Universitário Una (2021).

PREFÁCIO	
<b>José Eduardo Martins Cardozo</b> .....	9
APRESENTAÇÃO	
<b>Cláudio Pereira de Souza Neto</b> .....	23
INTRODUÇÃO.....	31
CAPÍTULO 1	
A ADVOCACIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS.....	37
1.1 Vida municipal e Federação brasileira.....	37
1.2 Advocacia Pública Municipal como função essencial à justiça .....	43
1.3 Controle interno de juridicidade – Atividade típica da Advocacia Pública.....	51
CAPÍTULO 2	
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL .....	57
2.1 Função essencial à justiça – Teto remuneratório dos procuradores municipais – Tese nº 510 do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 663.696/MG, em sede de repercussão geral) .....	57
2.2 Primado constitucional do concurso público e Tese nº 1.010 do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 1.041.210/ SP, em sede de repercussão geral) .....	64
CAPÍTULO 3	
DA EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	73
3.1 Da análise de conteúdo e vocabulário de motivos.....	74
3.2 A recorrência dos precedentes: acertos e desacertos, análises e cruzamentos.....	80
3.2.1 ADI nº 881 .....	82
3.2.2 ADI nº 4.261 .....	83
3.2.3 RE nº 225.777/MG .....	87
3.2.4 RE nº 690.765/MG.....	91
3.2.5 RE nº 893.694/SE.....	91
3.2.6 RE nº 883.446/SP.....	95
3.3 Consolidação das análises dos precedentes reiterados ante os conteúdos e vocabulários de motivos das decisões.....	96
3.4 Procuradores municipais ou procuradorias municipais. Qual dessas presenças é essencial ao município?.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	111
REFERÊNCIAS .....	119